

**CÂMARA MUNICIPAL DE FELGUEIRAS**

**CONCURSO PÚBLICO**

Com publicação de Anúncio no Jornal Oficial da União Europeia

**CONCEÇÃO-CONSTRUÇÃO DE  
“CENTRO DE COORDENAÇÃO OPERACIONAL MUNICIPAL (CCOM) DE  
FELGUEIRAS”**

**Processo n.º CPI/6/2025**

**CADERNO DE ENCARGOS**

## Índice

ANEXOS .....	5
CAPÍTULO I – DISPOSIÇÕES INICIAIS.....	5
Cláusula 1. <sup>a</sup> – Entidade Adjudicante .....	5
Cláusula 2. <sup>a</sup> – Objeto .....	5
Cláusula 3. <sup>a</sup> – Duração do contrato .....	6
Cláusula 4. <sup>a</sup> – Faseamento e prazos de execução do contrato .....	6
Cláusula 5. <sup>a</sup> – Obrigações principais do Adjudicatário .....	6
Cláusula 6. <sup>a</sup> – Disposições por que se rege o Contrato .....	7
Cláusula 7. <sup>a</sup> – Interpretação dos documentos que regem a execução do contrato .....	8
Cláusula 8. <sup>a</sup> – Gestor do Contrato .....	8
Cláusula 9. <sup>a</sup> – Equipa a afetar à execução do contrato.....	8
Cláusula 10. <sup>a</sup> – Diretor do Contrato .....	9
Cláusula 11. <sup>a</sup> – Representação da Entidade Adjudicante na ‘Fase de Construção’ .....	10
Cláusula 12. <sup>a</sup> – Forma e acompanhamento da execução do contrato.....	11
Cláusula 13. <sup>a</sup> – Idioma dos entregáveis .....	11
Cláusula 14. <sup>a</sup> – Contratos de seguro .....	11
Cláusula 15. <sup>a</sup> – Gestão de risco .....	12
Cláusula 16. <sup>a</sup> – Segurança, higiene e saúde no trabalho.....	13
Cláusula 17. <sup>a</sup> – Ambiente, sustentabilidade e gestão de resíduos.....	13
CAPÍTULO II – FASE DE CONCEÇÃO.....	14
Cláusula 18. <sup>a</sup> – Âmbito da Conceção .....	14
Cláusula 19. <sup>a</sup> – Conteúdo dos projetos .....	14
Cláusula 20. <sup>a</sup> – Composição das equipas na ‘Fase de Conceção’ .....	14
Secção II – Execução dos serviços.....	14
Cláusula 21. <sup>a</sup> – Documentos técnicos e entregáveis da ‘Fase de Conceção’ .....	14
Cláusula 22. <sup>a</sup> – Alterações aos projetos propostos pelo Adjudicatário.....	16



**Felgueiras**

CÂMARA MUNICIPAL

Cláusula 23. <sup>a</sup> – Esclarecimento de dúvidas.....	16
Cláusula 24. <sup>a</sup> – Aprovação dos entregáveis .....	16
<b>CAPÍTULO III – FASE DE CONSTRUÇÃO.....</b>	<b>17</b>
Cláusula 25. <sup>a</sup> – Preparação e planeamento da execução da obra .....	17
Cláusula 26. <sup>a</sup> – Projeto .....	19
Cláusula 27. <sup>a</sup> – Transporte de objetos, materiais ou equipamentos .....	19
<b>Subsecção II – Meios humanos .....</b>	<b>20</b>
Cláusula 28. <sup>a</sup> – Horário de trabalho .....	20
Cláusula 29. <sup>a</sup> – Composição da equipa de coordenação .....	20
Cláusula 30. <sup>a</sup> – Segurança e saúde no trabalho .....	21
<b>Subsecção III – Execução da obra.....</b>	<b>22</b>
Cláusula 31. <sup>a</sup> – Consignação da obra .....	22
Cláusula 32. <sup>a</sup> – Prazo de execução da empreitada.....	22
Cláusula 33. <sup>a</sup> – Condições gerais de execução dos trabalhos .....	22
Cláusula 34. <sup>a</sup> – Menções obrigatórias no local dos trabalhos .....	23
Cláusula 35. <sup>a</sup> – Especificações dos equipamentos, dos materiais e elementos de construção .....	23
Cláusula 36. <sup>a</sup> – Aprovação de equipamentos, materiais e elementos de construção.....	24
Cláusula 37. <sup>a</sup> – Efeitos da aprovação dos materiais e elementos de construção .....	24
Cláusula 38. <sup>a</sup> – Aplicação dos materiais e elementos de construção .....	24
Cláusula 39. <sup>a</sup> – Substituição de materiais e elementos de construção .....	25
Cláusula 40. <sup>a</sup> – Ensaios .....	25
Cláusula 41. <sup>a</sup> – Medições .....	25
Cláusula 42. <sup>a</sup> – Depósito de materiais e elementos de construção não destinados à obra .....	26
Cláusula 43. <sup>a</sup> – Esclarecimento de dúvidas.....	26
Cláusula 44. <sup>a</sup> – Cumprimento do plano de trabalhos e do plano de pagamentos .....	26
Cláusula 45. <sup>a</sup> – Incumprimento do plano de trabalhos .....	27
Cláusula 46. <sup>a</sup> – Custos da Fiscalização.....	27
Cláusula 47. <sup>a</sup> – Livro de registo da obra.....	28
Cláusula 48. <sup>a</sup> – Trabalhos complementares e trabalhos a menos .....	28



**Felgueiras**

CÂMARA MUNICIPAL

Cláusula 49. <sup>a</sup> – Atos e direitos de terceiros .....	29
Cláusula 50. <sup>a</sup> – Receção provisória .....	29
Cláusula 51. <sup>a</sup> - Prazo de garantia .....	30
Cláusula 52. <sup>a</sup> - Receção definitiva .....	30
Cláusula 53. <sup>a</sup> – Plano Segurança e Emergência.....	31
<b>CAPÍTULO IV – DISPOSIÇÕES FINANCEIRAS .....</b>	<b>31</b>
Cláusula 54. <sup>a</sup> – Preço base.....	31
Cláusula 55. <sup>a</sup> – Plano de pagamentos e condições de pagamento .....	32
Cláusula 56. <sup>a</sup> – Adiantamentos ao Adjudicatário .....	32
Cláusula 57. <sup>a</sup> – Descontos nos pagamentos para reforço da caução.....	32
Cláusula 58. <sup>a</sup> – Caução, restituição dos depósitos e quantias retidas e liberação da caução .....	33
Cláusula 59. <sup>a</sup> – Mora no pagamento .....	33
Cláusula 60. <sup>a</sup> – Revisão ordinária de preços.....	33
Cláusula 61. <sup>a</sup> – Conta final da ‘Fase de Construção’ .....	34
<b>CAPÍTULO V – INCUMPRIMENTO CONTRATUAL E PENALIDADES .....</b>	<b>34</b>
Cláusula 62. <sup>a</sup> – Penalidades devidas pelo atraso no cumprimento ou pelo incumprimento defeituoso de obrigações principais .....	34
Cláusula 63. <sup>a</sup> – Outras penalidades .....	35
Cláusula 64. <sup>a</sup> – Procedimento de aplicação de penalidades.....	35
Cláusula 65. <sup>a</sup> – Desconto de prestações devidas .....	36
Cláusula 66. <sup>a</sup> – Execução da caução .....	36
Cláusula 67. <sup>a</sup> – Resolução do contrato.....	36
Cláusula 68. <sup>a</sup> – Casos fortuitos ou de força maior .....	37
Cláusula 69. <sup>a</sup> – Atos imputáveis a terceiros.....	38
Cláusula 70. <sup>a</sup> – Resolução de litígios .....	39
<b>CAPÍTULO VI – DISPOSIÇÕES FINAIS.....</b>	<b>39</b>
Cláusula 71. <sup>a</sup> – Deveres de colaboração recíproca e informação.....	39
Cláusula 72. <sup>a</sup> – Comunicações e notificações.....	39
Cláusula 73. <sup>a</sup> – Patentes, licenças e marcas registadas.....	39



**Felgueiras**

CÂMARA MUNICIPAL

Cláusula 74. <sup>a</sup> – Conformidade e prazos de garantia técnica e de garantia de obra .....	40
Cláusula 75. <sup>a</sup> – Subcontratação .....	40
Cláusula 76. <sup>a</sup> – Cessão da posição contratual .....	41
Cláusula 77. <sup>a</sup> – Confidencialidade e Proteção de Dados Pessoais .....	41
Cláusula 78. <sup>a</sup> – Contagem dos prazos .....	43
Cláusula 79. <sup>a</sup> – Legislação aplicável .....	43

## ANEXOS

Programa preliminar

## CAPÍTULO I – DISPOSIÇÕES INICIAIS

### Cláusula 1.<sup>a</sup> – Entidade Adjudicante

1. A entidade adjudicante é o Município de Felgueiras, NIPC 501091823, com sede na Praça da República, 4610-116 FELGUEIRAS (tel.: +351 255 318 000; endereço URL: [www.cm-felgueiras.pt](http://www.cm-felgueiras.pt); correio eletrónico: [geral@cm-felgueiras.pt](mailto:geral@cm-felgueiras.pt)).

### Cláusula 2.<sup>a</sup> – Objeto

1. O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no Contrato a celebrar no âmbito do concurso público com publicação de anúncio no Jornal Oficial da União Europeia, que tem por objeto a empreitada de conceção-construção de **“CENTRO DE COORDENAÇÃO OPERACIONAL MUNICIPAL (CCOM) DE FELGUEIRAS”**.
2. O presente procedimento é elaborado tendo por base as medidas especiais de contratação pública, aprovadas pela Lei n.º 30/2021, de 21 de Maio, na sua atual redação, designadamente o regime especial de empreitadas de conceção-construção, insito na alínea e) do artigo 2.º e no artigo 2.º-A, do referido diploma, porquanto o objeto da celebração de contrato destina-se à execução de projeto cofinanciado por fundos europeus, sendo uma operação elegível nas tipologias de ações a ser objeto de candidatura enquadrada no “Plano de Ação dos Investimentos Territoriais Integrados CIM/AM” (ITI CIM/AM) da respetiva NUTS III (Tâmega e Sousa) e integrar o correspondente “Quadro Prioritário de Investimento” (QIP) aprovado pela Autoridade de Gestão, com dotação FEDER alocada.
3. O local para a execução da obra encontra-se identificado nos termos constantes do estudo prévio, anexo ao presente Caderno de Encargos.

4. Em conformidade com o disposto no artigo 43.º do Código dos Contratos Públicos, (CCP) o programa preliminar em anexo ao Caderno de Encargos.

### **Cláusula 3.ª – Duração do contrato**

O contrato mantém-se em vigor até à sua conclusão, em conformidade com os respetivos termos e condições e o disposto na lei, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato, iniciando-se a respetiva vigência após a emissão do visto prévio ou de declaração de conformidade, pelo Tribunal de Contas.

### **Cláusula 4.ª – Faseamento e prazos de execução do contrato**

1. O Adjudicatário obriga-se a executar as atividades inerentes à execução do contrato em conformidade com o Plano de Trabalhos e o Cronograma Financeiro apresentado na sua proposta, o qual deve respeitar o disposto no presente Caderno de Encargos, nos seus diversos anexos e contemplar as diferentes fases e prazos identificados nos pontos 4.6.1 e 4.6.2 do Programa do Procedimento e no ponto seguinte.
2. A execução do contrato compreende as seguintes fases:
  - a. **‘Fase de Conceção’** decorrerá desde a emissão do visto prévio ou de declaração de conformidade, pelo Tribunal de Contas, pelo prazo de **1 (um) mês** e implica nomeadamente a realização das seguintes atividades:
    - i. Elaboração do **“Projeto de Execução”**, nos termos descritos na Portaria n.º 255/2023, de 7 de agosto;
  - b. **Fase de Construção** decorrerá desde a consignação da obra ou da aprovação do Desenvolvimento do Plano de Segurança e Saúde, pelo prazo de **24 (vinte e quatro) meses** e implica nomeadamente a realização das atividades identificadas no ponto 4.6.2. do Programa de Procedimento.

### **Cláusula 5.ª – Obrigações principais do Adjudicatário**

1. O Adjudicatário obriga-se a executar os serviços em conformidade com o Plano de Trabalhos e Cronograma Financeiro apresentado na sua proposta, o qual deve respeitar as diferentes fases e prazos associados determinados na Cláusula 4ª, assim como o disposto no presente Caderno de Encargos e anexos.
2. O Adjudicatário obriga-se a garantir que as atividades a desenvolver no âmbito das suas obrigações contratuais observam todas as normas legais e regulamentares aplicáveis



**Felgueiras**

CÂMARA MUNICIPAL

3. O Adjudicatário fica obrigado a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação do serviço, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.
4. Correm inteiramente por conta do Adjudicatário a reparação e a indemnização de todos os prejuízos que, por motivos que lhe sejam imputáveis, sejam sofridos por terceiros ou dos seus subcontratados e fornecedores e do deficiente comportamento ou da falta de segurança na execução dos serviços e das obras, materiais, elementos de construção e equipamentos.

### **Cláusula 6.<sup>a</sup> – Disposições por que se rege o Contrato**

1. A execução do Contrato obedece:
  - a) às cláusulas do Contrato e ao estabelecido em todos os elementos e documentos que dele fazem parte integrante;
  - b) ao Código dos Contratos Públicos (doravante CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na redação em vigor;
  - c) à restante legislação e regulamentação aplicável no local da execução da obra, nomeadamente a que respeita à construção, à revisão de preços, às instalações do pessoal, à segurança social, à higiene, segurança, prevenção e medicina no trabalho e à responsabilidade civil perante terceiros;
  - d) às regras da arte.
2. Para efeitos do disposto na alínea a) do número anterior, consideram-se integrados no Contrato, sem prejuízo do disposto no n.º 4 do artigo 96.º do CCP:
  - a) o clausulado contratual e seus Anexos, incluindo os ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do CCP e aceites pelo Adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo Código;
  - b) os suprimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que tais erros e omissões tenham sido expressamente aceites pela Entidade Adjudicante;
  - c) os esclarecimentos e as retificações relativos às peças do procedimento que a Entidade Adjudicante venha a prestar nos termos do artigo 50.º do CCP;
  - d) o presente Caderno de Encargos;
  - e) a proposta adjudicada;
  - f) os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo Adjudicatário;

- g) Todos os outros documentos que sejam referidos no clausulado contratual e no Caderno de Encargos.

#### **Cláusula 7.<sup>a</sup> – Interpretação dos documentos que regem a execução do contrato**

1. Em caso de divergência entre os documentos referidos nas alíneas b) a g) do n.º 2 da cláusula anterior e o clausulado contratual, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do CCP e aceites pelo Adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo código.
2. Em caso de divergência entre o caderno de encargos e o projeto de execução, prevalece o primeiro quanto à definição das condições jurídicas e técnicas de execução da empreitada e o segundo em tudo o que respeita à definição da própria obra.
3. No caso de divergência entre as várias peças do projeto de execução:
  - a) as peças desenhadas prevalecem sobre todas as outras quanto à localização, às características dimensionais da obra e à disposição relativa das suas diferentes partes;
  - b) as folhas de medições discriminadas e referenciadas e os respetivos mapas resumo de quantidades de trabalhos prevalecem sobre quaisquer outras no que se refere à natureza e quantidade dos trabalhos, sem prejuízo do disposto no artigo 50.º do CCP;
  - c) em tudo o mais prevalece o que constar da memória descritiva e das restantes peças do projeto de execução.
4. Consideram-se não escritos os termos e condições constantes da proposta não admitidas por este caderno de encargos e que possam não ter sido detetadas em fase de formação do contrato, sempre que o procedimento não tenha admitido a apresentação de propostas variantes.

#### **Cláusula 8.<sup>a</sup> – Gestor do Contrato**

1. A execução do presente Contrato será permanentemente acompanhada pelo gestor do contrato designado pela Entidade Adjudicante.
2. O gestor de contrato tem as competências previstas no artigo 290.º-A do CCP.

#### **Cláusula 9.<sup>a</sup> – Equipa a afetar à execução do contrato**

1. O Adjudicatário deve afetar à execução do contrato, na fase de conceção, uma equipa composta por, no mínimo, os membros identificados no Anexo VII do Programa do Procedimento.
2. Para todos os efeitos, o Adjudicatário compromete-se a constituir uma equipa técnica capaz de responder com elevada competência às necessidades técnicas e temáticas decorrentes das





**Felgueiras**

CÂMARA MUNICIPAL

exigências legais, regulamentares e programáticas expressas no presente Caderno de Encargos.

3. O Adjudicatário deverá afetar à execução do contrato o pessoal que em cada momento se mostre necessário à boa e atempada execução dos trabalhos, sendo da exclusiva responsabilidade do Adjudicatário as obrigações relativas ao pessoal afeto à execução do contrato, à sua aptidão profissional e à sua disciplina.
4. O Adjudicatário responde, a qualquer momento, perante a Entidade Adjudicante, pela observância das obrigações previstas nos números anteriores, relativamente a todo o pessoal afeto à prestação de serviços.
5. Ocorrendo necessidade de substituição de um elemento da equipa esta terá efeitos apenas após aprovação por escrito da Entidade Adjudicante.
6. A substituição de qualquer elemento, efetuada por iniciativa do Adjudicatário, deverá ser comunicada por escrito à Entidade Adjudicante, com a antecedência mínima de 3 (três) dias relativamente à data em que deve ter lugar, indicando o seu fundamento, não podendo tal facto corresponder a alterações à qualidade do trabalho ou à execução dos trabalhos planeadas.
7. O Adjudicatário obriga-se a proceder à substituição de qualquer elemento afeto à execução do contrato, com qualificações e experiência pelo menos equivalentes, no prazo máximo de 2 (dois) dias a contar da solicitação fundamentada que lhe seja dirigida pela Entidade Adjudicante, nomeadamente, nas seguintes situações:
  - a) Se o elemento adotar comportamentos que sejam suscetíveis de o fazer incorrer em sanção disciplinar;
  - b) Se a Entidade Adjudicante considerar que o elemento é incompetente ou não é indicado para o exercício das suas funções no âmbito do contrato ou se a execução das suas tarefas no âmbito do contrato não for compatível com a boa execução atempada do mesmo;
8. Caso o Adjudicatário não apresente uma proposta até ao final do prazo previsto no número anterior, tal será considerado um incumprimento do contrato.
9. A substituição referida nos números anteriores não obriga a Entidade Adjudicante a pagar qualquer remuneração, honorários ou custos adicionais aos estabelecidos no Contrato, sendo da responsabilidade do Adjudicatário os custos adicionais decorrentes da substituição de técnicos ou com esta relacionados.

#### **Cláusula 10.<sup>a</sup> – Diretor do Contrato**

1. O Adjudicatário deve identificar um responsável pela execução do contrato, doravante designado por 'Diretor do Contrato', com poderes para resolver qualquer questão relacionada com a gestão do Contrato, que deverá estar permanentemente contactável e disponível.



**Felgueiras**

CÂMARA MUNICIPAL

2. O 'Diretor do Contrato' é o responsável pela coordenação e sucesso da prestação de serviço, representando o Adjudicatário perante a Entidade Adjudicante e terceiros durante a execução do Contrato, e incumbe-lhe, designadamente:
  - a) gerir a execução do contrato em todas as suas vertentes;
  - b) gerir os recursos humanos e materiais envolvidos no contrato;
  - c) elaborar os relatórios de acompanhamento.
  
4. Na eventualidade de o Adjudicatário se ver obrigado a substituir o responsável referido na presente cláusula, esta substituição terá de ser efetuada por outro elemento de perfil equivalente ou superior, devendo ser comunicada previamente e aprovada pela Entidade Adjudicante.

#### **Cláusula 11.<sup>a</sup> – Representação da Entidade Adjudicante na 'Fase de Construção'**

1. Durante a 'Fase de Construção', na componente de empreitada, a Entidade Adjudicante é representada por um 'Diretor de Fiscalização da Obra'.
2. A Entidade Adjudicante notifica o Adjudicatário da identidade do 'Diretor de Fiscalização da Obra' que designe para a fiscalização local dos trabalhos até à data da consignação.
3. O 'Diretor de Fiscalização da Obra' tem poderes de representação da Entidade Adjudicante em todas as matérias relevantes para a execução dos trabalhos, nomeadamente para resolver todas as questões que lhe sejam colocadas pelo Adjudicatário nesse âmbito, excetuando as matérias relacionadas com a modificação, resolução ou revogação do contrato, designadamente aos seguintes atos:
  - a) Decisão sobre pretensões de modificação do plano de trabalhos;
  - b) Decisão sobre prorrogações de prazos de execução;
  - c) Decisão sobre execução de trabalhos, bem como sobre a supressão/redução de trabalhos contratuais;
  - d) Decisão de aceitação ou rejeição de trabalhos de suprimento de erros ou omissões;
  - e) Qualquer decisão que envolva a realização de despesa adicional pela Entidade Adjudicante, levando ao aumento dos encargos financeiros do contrato.
4. As comunicações do 'Diretor de Fiscalização da Obra' vinculam a Entidade Adjudicante no que respeita às matérias identificadas no número anterior.
5. A Entidade Adjudicante informará o Adjudicatário em caso de substituição do 'Diretor de Fiscalização da Obra'.



**Felgueiras**

CÂMARA MUNICIPAL

### **Cláusula 12.<sup>a</sup> – Forma e acompanhamento da execução do contrato**

1. As partes estão vinculadas pelo dever de colaboração mútua, designadamente no tocante à prestação recíproca de informações necessárias à boa execução do Contrato, sem prejuízo dos deveres de informação previstos no artigo 290.º do CCP.
2. Para o acompanhamento da execução do contrato, o Adjudicatário fica obrigado a efetuar reuniões de coordenação com o Gestor do contrato e/ou com a Entidade Adjudicante.
3. O Adjudicatário fica ainda obrigado a apresentar à Entidade Adjudicante, sempre que por esta seja solicitado, um relatório com a evolução de todas as operações objeto dos serviços e com o cumprimento de todas as obrigações emergentes do contrato.
4. Do relatório referido no número anterior deverá sempre constar o registo de incidentes e ações desenvolvidas, descrição dos trabalhos planeados desenvolvidos, recursos e meios empregues, registos relacionados com os recursos humanos, higiene e segurança, controlo de qualidade e gestão de resíduos.
5. O Adjudicatário deve elaborar um **relatório final**, no prazo determinado nos pontos 4.6.1 e 4.6.2 do Programa do Procedimento, discriminando os acontecimentos e atividades ocorridos durante a execução do contrato.

### **Cláusula 13.<sup>a</sup> – Idioma dos entregáveis**

1. O Adjudicatário obriga-se a entregar uma versão em língua portuguesa de toda a documentação/elementos de projeto e obra ('Fase de Conceção', 'Fase de Construção') exigidos ao longo da execução do contrato bem como o 'Plano de Segurança e Emergência'.
2. A Entidade Adjudicante aprovará os entregáveis referidos no ponto anterior.

### **Cláusula 14.<sup>a</sup> – Contratos de seguro**

1. O Adjudicatário deverá, com a celebração do contrato, contratar e manter em vigor os seguros necessários e adequados a garantir uma cobertura efetiva dos riscos inerentes ao desenvolvimento das atividades integradas no objeto do contrato a celebrar cumprindo o que sobre a matéria se determina no presente Caderno de Encargos.
2. Para além de outros exigidos por lei aplicável à data da celebração do contrato, ou imposto por lei sucessiva, o Adjudicatário contratará e manterá, à sua custa e sem franquia, os seguros seguintes:
  - a) Seguro de responsabilidade civil cruzada, com o capital seguro correspondente a 100% do preço contratual, garantindo a indemnização de todos e quaisquer danos, pessoais e patrimoniais sofridos por quaisquer pessoas, que venham a ocorrer no decurso da prestação contratual, por ação ou omissão do pessoal ou do equipamento do Adjudicatário, dos subcontratados ou de



**Felgueiras**

CÂMARA MUNICIPAL

terceiros a quem recorra por subcontratação, tarefa ou a quem autorize ou tolere a execução de trabalhos;

- b) Seguro de acidentes de trabalho, abrangendo todos os trabalhadores, do empreiteiro ou de qualquer subcontratado, considerando para aquele efeito todas as pessoas vinculadas por contrato de trabalho ou equiparado, praticantes, aprendizes, estagiários e demais situações de formação profissional, bem como aqueles que, considerando-se na dependência económica do empreiteiro ou subadjudicatários prestem, isoladamente ou em conjunto, serviços.
- 3. A Entidade Adjudicante pode exigir, em qualquer momento, cópias das apólices de seguro referidas nos pontos anteriores da presente Cláusula, bem como comprovativo da realização do respetivo pagamento, devendo o Adjudicatário apresentar a documentação em causa no prazo máximo de 2 (dois) dias.
- 4. Caso o Adjudicatário, devidamente interpelado para cumprimento do disposto no n.º 3, não apresente elementos que comprovem o cumprimento integral das obrigações prescritas no n.º 1 e no n.º 2, da presente Cláusula, poderá a Entidade Adjudicante aplicar uma sanção contratual pecuniária diária, nos termos da Cláusula 68.<sup>a</sup>.
- 5. Os seguros previstos no presente caderno de encargos constituem encargo único e exclusivo do Adjudicatário ou dos seus eventuais subcontratados, em nada, porém, diminuindo ou restringindo as obrigações e as responsabilidades, legais e contratuais, do Adjudicatário perante a Entidade Adjudicante e perante terceiros.
- 6. O retardamento da consignação da obra, a sua suspensão ou o atraso na execução da obra em virtude do incumprimento, pelo Adjudicatário, da obrigação prevista nos números anteriores constitui facto imputável, a título exclusivo, ao Adjudicatário, com as consequências previstas no artigo 325.º, n.º 2 do CCP.

#### **Cláusula 15.<sup>a</sup> – Gestão de risco**

- 1. O Adjudicatário obriga-se a elaborar procedimentos e implementar medidas que minimizem a possibilidade de ocorrência de situações de risco, que devem estar mencionadas nos diversos Planos de Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho a elaborar durante as fases de execução do contrato.
- 2. São consideradas situações de risco quaisquer situações existentes nos espaços onde se realizem atividades relacionadas com a execução do contrato que ponham em risco a integridade física de pessoas e o cumprimento de prazos estabelecidos no plano de trabalhos.
- 3. Sempre que se detetem situações de risco, o Adjudicatário deve obrigatoriamente resolver a situação e comunicar a situação de imediato à Entidade Adjudicante.



**Felgueiras**

CÂMARA MUNICIPAL

#### **Cláusula 16.<sup>a</sup> – Segurança, higiene e saúde no trabalho**

1. O Adjudicatário fica sujeita ao cumprimento das disposições legais e regulamentares em vigor, sobre segurança, higiene e saúde no trabalho relativamente ao pessoal afeto à execução do contrato e às atividades por estes desenvolvidas, correndo por sua conta os encargos que resultem do cumprimento de tais obrigações.
2. O Adjudicatário é ainda obrigada a acautelar, em conformidade com as disposições legais e regulamentares aplicáveis, a vida e a segurança do pessoal afeto à prestação de serviços e a prestar-lhe a assistência médica de que careça por motivo de acidente no trabalho.
3. O Adjudicatário deverá elaborar e implementar um **Plano de Segurança e Saúde** nos termos da lei em vigor, para cada fase de execução do contrato.
4. O Adjudicatário responde, a qualquer momento, perante a Entidade Adjudicante, pela observância das obrigações previstas nos números anteriores, relativamente a todo o pessoal afeto à prestação de serviços.
5. O Adjudicatário obriga-se a providenciar a formação necessária a todo o pessoal afeto à execução do contrato, mesmo que em regime de subcontratação, no que concerne a sensibilização e procedimentos de segurança, gestão de risco, higiene, primeiros-socorros, combate a incêndio, e outros que se revelem necessários nos termos da legislação em vigor.
6. Antes do início dos trabalhos e, posteriormente, sempre que o diretor de fiscalização da obra o exija, o empreiteiro apresenta apólices de seguro contra acidentes de trabalho relativamente a todo o pessoal empregado na obra, nos termos previstos no n.º 1 da cláusula 14.<sup>a</sup>.

#### **Cláusula 17.<sup>a</sup> – Ambiente, sustentabilidade e gestão de resíduos**

1. O Adjudicatário fica sujeita ao cumprimento das disposições legais e regulamentares em vigor sobre sustentabilidade e minimização e gestão de resíduos relativamente às atividades desenvolvidas, materiais e produtos aplicados à execução do contrato.
2. O Adjudicatário deverá elaborar e implementar um **Plano de Gestão de Resíduos**, para as fases associadas a empreitada e manutenção, nos prazos determinados nos pontos 4.6.1 e 4.6.2 do Programa do Procedimento, indicando a metodologia a adotar para uma correta gestão dos resíduos produzidos.

## **CAPÍTULO II – FASE DE CONCEÇÃO**

### **Secção I – Disposições gerais**

#### **Cláusula 18.<sup>a</sup> – Âmbito da Conceção**

1. O Adjudicatário é responsável pela conceção do projeto de arquitetura, incluído plano de acessibilidades, estruturas e especialidades do **CENTRO DE COORDENAÇÃO OPERACIONAL MUNICIPAL (CCOM) FELGUEIRAS**, cumprindo o disposto nos anexos ao presente Caderno de Encargos, bem como na legislação aplicável.
2. Para o disposto no número anterior deverá recorrer a peças escritas, desenhadas e outras adequadas para a sua compreensão.
3. Os entregáveis a submeter no final da ‘Fase de Conceção’, descritos na Cláusula 21.<sup>a</sup>, devem fornecer todas as informações necessárias para o desenvolvimento, construção, manutenção, do **CENTRO DE COORDENAÇÃO OPERACIONAL MUNICIPAL (CCOM) FELGUEIRAS**, incluindo os aspetos relacionados com ambiente.

#### **Cláusula 19.<sup>a</sup> – Conteúdo dos projetos**

A Entidade Adjudicante reserva-se o direito de exigir ao Adjudicatário a revisão dos projetos e trabalhos, caso os mesmos não cumpram as exigências de qualidade presentes no Caderno de Encargos ou em qualquer um dos seus anexos, sendo os encargos daí resultantes da responsabilidade do Adjudicatário.

#### **Cláusula 20.<sup>a</sup> – Composição das equipas na ‘Fase de Conceção’**

1. O Adjudicatário obriga-se a constituir uma equipa de técnicos qualificados e com competências nas seguintes áreas: arquitetura; estruturas; especialidades, de acordo com o Anexo VII do Programa do Procedimento.

### **Secção II – Execução dos serviços**

#### **Cláusula 21.<sup>a</sup> – Documentos técnicos e entregáveis da ‘Fase de Conceção’**

O Adjudicatário obriga-se à elaboração do **Anteprojecto**, constituído por peças escritas e desenhadas e outros elementos de natureza informativa que permitam a conveniente definição e dimensionamento da obra, esquemas de princípio e outros elementos, em escala apropriada, características principais dos elementos fundamentais da obra, definição geral dos processos de construção e da natureza dos materiais e equipamentos mais significativos, bem como o esclarecimento do modo da sua execução,



**Felgueiras**

CÂMARA MUNICIPAL

elaborado em conformidade com as exigências expressas nas peças do procedimento, no Programa preliminar que integra o caderno de encargos e na Portaria n.º255/2023, de 7 de Agosto, assim organizado:

i) No que à **Arquitetura** respeita, incluindo o **Plano de Acessibilidades**, contendo os seguintes elementos:

- Termo de responsabilidade do técnico autor;
- Memória descritiva e justificativa da solução proposta, focando os aspetos de otimização e inovação em relação ao Programa Preliminar que integra o caderno de encargos, nomeadamente os da integração paisagística, da organização funcional (sem alteração do respetivo programa), dos materiais de revestimento e acabamentos e do equipamento e mobiliário fixos propostos, entre outros;
- Plantas, alçados e cortes, em escalas apropriadas, que discriminem a compartimentação e indiquem as áreas, os volumes e as dimensões principais da construção;
- Imagens 3D das propostas apresentadas, com pelo menos 5 imagens do Interior e 5 imagens do exterior;
- Restantes elementos constantes da Portaria n.º 255/2023, de 7 agosto, aplicáveis.

ii) No que às **Especialidades** respeita, incluindo **Estudos e Planos**, contendo os elementos escritos e desenhados previstos na Portaria n.º255/2023, de 7 de agosto, e na restante legislação técnica específica aplicáveis a cada uma das especialidades e planos para a fase de anteprojecto, incluindo os termos de responsabilidade dos técnicos autores e responsáveis, a saber:

- Fundações e Estruturas;
- Instalações e Equipamentos de Abastecimento de Água, Drenagem de Esgotos e Águas Pluviais;
- Instalações e Equipamentos Elétricos;
- Instalações e Equipamentos de Telecomunicações;
- Segurança Contra Incêndios;
- Sistemas de Segurança Integrada;
- Instalações e Equipamentos Mecânicos de AVAC, incluindo Fotovoltaicos;
- Instalações de Transporte de Pessoas e Cargas;
- Gestão Técnica Centralizada;
- Estudo do Comportamento Térmico;
- Pré-certificado Energético do Edifício em versão provisória, evidenciando o enquadramento do edifício como NZEB20 (necessidades de energia primária pelo menos inferiores em 20 % ao padrão NZEB);
- Instalações e Equipamentos de Gás;
- Estudo do Comportamento Acústico;

- Arranjos Exteriores;
- Plano de Prevenção e Gestão de Resíduos de Construção e Demolição;
- Plano de Segurança e Saúde em fase de anteprojeto que se propõe desenvolver na obra.

#### **Cláusula 22.<sup>a</sup> – Alterações aos projetos propostos pelo Adjudicatário**

1. No caso de o Adjudicatário apresentar uma proposta de alteração aos entregáveis aprovados, esta deve submeter à Entidade Adjudicante todos os elementos necessários à sua perfeita apreciação, devendo, destes fazer parte a memória ou a nota descritiva e explicativa da alteração proposta, com indicação das eventuais implicações nos prazos e custos e, se for caso disso, peças desenhadas e cálculos justificativos e especificações de qualidade da mesma.
2. Não podem ser executados quaisquer trabalhos nos termos das alterações aos entregáveis propostos pelo Adjudicatário sem que estas tenham sido expressamente aceites pela Entidade Adjudicante.

#### **Cláusula 23.<sup>a</sup> – Esclarecimento de dúvidas**

1. As dúvidas que o Adjudicatário tenha na interpretação dos documentos por que se rege a 'Fase de Conceção' devem ser submetidas à Entidade Adjudicante, ou a quem este designar para o efeito, antes do início da execução dos trabalhos a que respeitam.
2. No caso de as dúvidas ocorrerem somente após o início da execução dos trabalhos a que dizem respeito, deve o Adjudicatário submetê-las imediatamente à Entidade Adjudicante, juntamente com os motivos justificativos da sua não apresentação antes do início daquela execução.

#### **Cláusula 24.<sup>a</sup> – Aprovação dos entregáveis**

1. Os documentos entregáveis e os projetos que não cumpram as características, especificações e requisitos técnicos definidos no Caderno de Encargos e respetivos anexos, bem como outros requisitos exigidos por lei, podem ser rejeitados pela Entidade Adjudicante, sendo considerados para todos os efeitos como serviços não prestados.
2. Estas rejeições serão notificadas ao Adjudicatário, obrigando-se esta a repor no prazo de 5 (cinco) dias o correto cumprimento das condições contratadas.
3. A Entidade Adjudicante procederá à aprovação faseada de cada um dos entregáveis referidos na Cláusula 25.<sup>a</sup>, no prazo de 5 (cinco) dias a contar da data de entrega, podendo solicitar alterações ou correções, devendo estas aprovações faseadas estar previstas no plano de trabalhos a submeter com a proposta.
4. O Adjudicatário procederá à implementação de quaisquer alterações solicitadas pela Entidade Adjudicante, nos termos do número anterior e do presente caderno de encargos, no prazo de 5





**Felgueiras**

CÂMARA MUNICIPAL

(cinco) dias, devendo sujeitar o elemento ou elementos alterados a nova aprovação, nos termos da presente Cláusula.

## **CAPÍTULO III – FASE DE CONSTRUÇÃO**

### **Secção I – Empreitada de construção de “CENTRO DE COORDENAÇÃO OPERACIONAL MUNICIPAL (CCOM) DE FELGUEIRAS”**

#### **Subsecção I – Preparação**

##### **Cláusula 25.<sup>a</sup> – Preparação e planeamento da execução da obra**

1. O Adjudicatário é responsável:

- a) Perante a Entidade Adjudicante, pela preparação, planeamento e coordenação de todos os trabalhos, ainda que em caso de subcontratação, bem como pela preparação, planeamento e execução dos trabalhos necessários à aplicação, em geral, das medidas consignadas na legislação aplicável no local de execução da obra, e em particular, das normas sobre segurança e saúde no trabalho vigentes, bem como das relacionadas com a gestão de resíduos;
- b) Perante as entidades fiscalizadoras, pela preparação, planeamento e coordenação dos trabalhos necessários ao cumprimento integral das medidas consignadas na legislação aplicável no local de execução da obra;
- c) Perante terceiros pela segurança e policiamento da obra, implementação de medidas e condições de segurança no estaleiro e em toda a zona de implantação da obra, salvaguardando o público em geral;
- d) Pela instalação de três postos de trabalho no estaleiro, durante todo o período de execução da empreitada, para um representante da Entidade Adjudicante e dois representantes da Fiscalização.

- 2. No cumprimento do disposto nas alíneas a) e b) do número anterior, o Adjudicatário, para efeitos de planeamento da obra e sua gestão diária, deverá ter em consideração as dificuldades e impedimentos normais decorrentes do circunstancialismo do local da execução dos trabalhos.
- 3. De igual modo, porque o objeto do procedimento poderá ser consignado em qualquer altura do ano, nos termos da Cláusula 31.<sup>a</sup>, o Adjudicatário, por prudência, na preparação e planeamento de todos os trabalhos necessários para a execução da empreitada, deverá acautelar e antecipar a possibilidade de os trabalhos poderem ser realizados com condições climatéricas adversas.



**Felgueiras**

CÂMARA MUNICIPAL

4. A disponibilização e o fornecimento de todos os meios necessários para a realização da obra e dos trabalhos preparatórios ou acessórios, incluindo os materiais e os meios humanos, técnicos e equipamentos, competem ao Adjudicatário.
5. No ponto anterior incluem-se os trabalhos de logística e custos associados à disponibilização de água e eletricidade, bem como os relacionados com águas residuais e resíduos durante a obra.
6. O Adjudicatário realiza todos os trabalhos que, por natureza, por exigência legal ou segundo o uso corrente, sejam considerados como preparatórios ou acessórios à execução da obra, designadamente:
  - a) Trabalhos de montagem e construção;
  - b) Trabalhos necessários para garantir a segurança de todas as pessoas que trabalhem na obra ou que circulem no respetivo local, incluindo o pessoal dos subempreiteiros e terceiros em geral, para evitar danos no espaço ou edifícios vizinhos e para satisfazer os regulamentos de segurança e saúde no trabalho;
  - c) Trabalhos de restabelecimento, por meio de obras provisórias, de todas as servidões e serventias que sejam indispensáveis alterar ou destruir para a execução dos trabalhos e para evitar a estagnação de águas que os mesmos possam originar;
  - d) Trabalhos de construção dos acessos ao estaleiro e das serventias internas deste.
7. A preparação e o planeamento da execução da obra compreendem ainda:
  - a) A apresentação pelo Adjudicatário ao 'Diretor de Fiscalização da Obra' de quaisquer dúvidas relativas aos materiais, aos métodos e às técnicas a utilizar na execução da empreitada;
  - b) O esclarecimento dessas dúvidas pelo 'Diretor de Fiscalização da Obra';
  - c) A apreciação e decisão da Entidade Adjudicante das reclamações a que se refere a alínea anterior;
  - d) O estudo e definição pelo Adjudicatário dos processos de construção a adotar na realização dos trabalhos;
  - e) A apresentação pelo Adjudicatário dos desenhos de construção, pormenores de execução e elementos do projeto, respeitantes a arquitetura, estruturas, todas as especialidades, incluindo dos sistemas tecnológicos, bem como de escavações e contenções periféricas;
  - f) A eventual elaboração e apresentação pelo Adjudicatário do plano de trabalhos ajustado, no caso previsto no n.º 3 do artigo 361.º do CCP;
  - g) A aprovação pela Entidade Adjudicante dos documentos referidos nas alíneas e) e f);
  - h) A elaboração de documento do qual conste o desenvolvimento prático do Plano de Segurança e Saúde e do Plano de Resíduos, devendo analisar, desenvolver e complementar as medidas aí



**Felgueiras**

CÂMARA MUNICIPAL

previstas, em função do sistema utilizado para a execução da obra, em particular as tecnologias e a organização de trabalhos utilizados pelo Adjudicatário.

- i) O adjudicatário deverá apresentar o DPSS no prazo de 15 (quinze) dias (úteis), após a celebração do contrato.

### **Cláusula 26.<sup>a</sup> – Projeto**

1. O projeto de execução a considerar para a realização da Fase de Construção é o apresentado pelo Adjudicatário e aprovado pela Entidade Adjudicante.
2. Compete ao Adjudicatário a elaboração de peças desenhadas do projeto de execução correspondentes a pormenores construtivos e à preparação de atividades necessárias à execução da obra, bem como dos desenhos correspondentes às alterações surgidas no decorrer da obra.
3. Até à data da receção provisória, o Adjudicatário entrega à Entidade Adjudicante uma coleção atualizada de todos os desenhos referidos no número anterior, em formato digital, em formato 'pdf' e editável.

### **Cláusula 27.<sup>a</sup> – Transporte de objetos, materiais ou equipamentos**

1. O Adjudicatário obriga-se à execução dos seguintes serviços, em observância da legislação aplicável:
  - a) Análise das características, localização e acesso dos objetos, materiais ou equipamentos cujo transporte deva ser realizado, por iniciativa do Adjudicatário ou a pedido da Entidade Adjudicante, e, se necessário, com recurso a uma visita ao local para apuramento das condições de transporte no terreno;
  - b) Embalagem dos objetos, materiais ou equipamentos a transportar, através das técnicas adequadas e com a utilização de materiais quimicamente inertes e não abrasivos;
  - c) Armazenagem temporária dos objetos, materiais ou equipamentos, se tal for necessário ou conveniente em face das circunstâncias concretas;
  - d) Assegurar todos os serviços alfandegários associados ao processo de transporte dos objetos, materiais ou equipamentos, sempre que necessário, assumindo o Adjudicatário todos os custos inerentes;
  - e) Transporte dos objetos, materiais ou equipamentos necessários à execução do contrato a celebrar, envolvendo os recursos mais adequados ao desempenho da tarefa.
2. O Adjudicatário obriga-se a realizar os serviços referidos no número anterior nos prazos necessários ao cumprimento das Fases previstas no presente Caderno de Encargos.



**Felgueiras**

CÂMARA MUNICIPAL

3. O Adjudicatário suporta os custos inerentes aos serviços de transporte previstos no presente Caderno de Encargos.

## **Subsecção II – Meios humanos**

### **Cláusula 28.<sup>a</sup> – Horário de trabalho**

1. O Adjudicatário deverá planear e executar os trabalhos em estrito cumprimento com a legislação em vigor.
2. O Adjudicatário pode realizar trabalhos fora do horário de trabalho, ou por turnos, desde que, para o efeito, garanta o cumprimento da legislação em vigor, o comunique à Entidade Adjudicante e obtenha desta autorização e dê a conhecer, por escrito, com antecedência suficiente, o respetivo programa ao 'Diretor de Fiscalização de Obra'.
3. A execução de trabalhos fora do horário de trabalho em incumprimento do estabelecido no número anterior, determina a possibilidade de a Entidade Adjudicante aplicar ao Adjudicatário uma sanção contratual nos termos previsto na Cláusula 62.<sup>a</sup> – Penalidades devidas pelo atraso no cumprimento ou pelo incumprimento defeituoso de obrigações principais, sem prejuízo da prerrogativa da Entidade Adjudicante determinar a destruição e repetição dos trabalhos executados caso não consiga aferir se os mesmos foram executados de acordo com o projeto de execução e em conformidade com as regras da arte.

### **Cláusula 29.<sup>a</sup> – Composição da equipa de coordenação**

1. Durante a Fase de Construção nas atividades relacionadas com a execução da Obra, o Adjudicatário é representado por um '**Diretor de Obra**', salvo nas matérias mencionadas da Cláusula 10<sup>a</sup> do presente Caderno de Encargos.
2. O Adjudicatário obriga-se, sob reserva de aceitação pela Entidade Adjudicante, a nomear como 'Diretor de Obra' um técnico com um perfil mínimo adequado, que deverá estar permanentemente contactável e disponível para comparecer no local da obra em qualquer situação de emergência, 24/24 horas, com poderes para resolver qualquer questão relacionada com a gestão da Obra.
3. O Adjudicatário submeterá, previamente, à aprovação da Entidade Adjudicante, por escrito, o nome do 'Diretor de Obra', entregando o seu *curriculum vitae* que deve indicar a respetiva qualificação técnica, a experiência profissional e ainda se o mesmo pertence ou não ao seu quadro técnico, devendo esta informação ser acompanhada por uma declaração subscrita pelo técnico designado, com assinatura reconhecida, assumindo a responsabilidade pela direção técnica da obra e comprometendo-se a desempenhar essa função com proficiência e assiduidade.



**Felgueiras**

CÂMARA MUNICIPAL

4. As ordens, os avisos e as notificações que se relacionem com os aspetos técnicos da execução da empreitada são dirigidos diretamente ao 'Diretor de Obra'.
5. O 'Diretor de Obra' acompanha permanentemente os trabalhos e está presente no local da obra sempre que para tal seja convocado.
6. A Entidade Adjudicante poderá impor a substituição do 'Diretor de Obra', devendo fundamentar por escrito tal imposição.
7. Na ausência ou impedimento temporário do 'Diretor de Obra', o Adjudicatário é representada por quem indicar para esse efeito, devendo estar habilitado com os poderes necessários para responder, perante a fiscalização da obra, pelo desenvolvimento dos trabalhos.
8. O Adjudicatário deve designar dois técnicos responsáveis pelo cumprimento da legislação aplicável em matéria de **ambiente, segurança e saúde no trabalho**.

#### **Cláusula 30.<sup>a</sup> – Segurança e saúde no trabalho**

1. O Adjudicatário fica sujeito ao cumprimento das disposições legais e regulamentares em vigor, sobre segurança e saúde no trabalho relativamente a todo o pessoal empregado na obra, correndo por sua conta os encargos que resultem do cumprimento de tais obrigações.
2. O Adjudicatário é ainda obrigado a acautelar, em conformidade com as disposições legais e regulamentares aplicáveis, a vida e a segurança do pessoal empregado na obra e a prestar-lhe a assistência médica de que careça por motivo de acidente no trabalho.
3. No caso de negligência do Adjudicatário no cumprimento das obrigações estabelecidas nos números anteriores, o 'Diretor de Fiscalização da Obra' pode tomar, à custa dele, as providências que se revelem necessárias, sem que tal facto diminua as responsabilidades do Adjudicatário.
4. Antes do início dos trabalhos e, posteriormente, sempre que o 'Diretor de Fiscalização da Obra' o exija, o Adjudicatário apresenta apólices de seguro contra acidentes de trabalho relativamente a todo o pessoal empregado na obra.
5. O Adjudicatário responde, a qualquer momento, perante o 'Diretor de Fiscalização da Obra', pela observância das obrigações previstas nos números anteriores, relativamente a todo o pessoal empregado na obra.



**Felgueiras**

CÂMARA MUNICIPAL

## **Subsecção III – Execução da obra**

### **Cláusula 31.<sup>a</sup> – Consignação da obra**

1. Sem prejuízo do disposto no artigo 360.º do CCP, o adjudicatário obriga-se a iniciar a execução da obra na data da conclusão da consignação total ou da primeira consignação parcial ou ainda da data em que o dono da obra comunique ao empreiteiro a aprovação do plano de segurança e saúde, caso esta última data seja posterior.
2. Assinar o auto de consignação da obra em prazo não superior a 30 (trinta) dias após a celebração do contrato.
3. Nos casos em que os contratos estão sujeitos a fiscalização prévia do Tribunal de Contas o auto de consignação da obra deverá ser assinado no dia útil seguinte à receção do visto do Tribunal de Contas.
4. Cumprir todos os prazos parciais vinculativos de execução previstos no plano de trabalhos em vigor.
5. A Entidade Adjudicante notificará o Adjudicatário para a consignação da obra, nos termos do disposto no artigo 359.º do CCP, com 5 (cinco) dias de antecedência.

### **Cláusula 32.<sup>a</sup> – Prazo de execução da empreitada**

1. O Adjudicatário obriga-se a iniciar e concluir a execução da obra no prazo e data mencionados na Cláusula 4.<sup>a</sup>.
2. Caso, em sede de fiscalização da obra, sejam detetados atrasos injustificados na execução de trabalhos em relação ao plano de trabalhos em vigor, imputáveis ao Adjudicatário, este é obrigado, a expensas suas, a tomar todas as medidas de reforço de meios de ação e de reorganização da obra, necessárias à recuperação dos atrasos e ao cumprimento do prazo de execução.
3. Em nenhum caso serão atribuídos prémios ao Adjudicatário.

### **Cláusula 33.<sup>a</sup> – Condições gerais de execução dos trabalhos**

1. A obra, incluindo as técnicas construtivas a adotar, deve ser executada de acordo com as regras da arte e em perfeita conformidade com o projeto, com o presente caderno de encargos, com a legislação local aplicável e com as demais condições técnicas contratualmente estipuladas.
2. Relativamente às técnicas construtivas a adotar, o empreiteiro fica obrigado a seguir, no que seja aplicável aos trabalhos a realizar, o conjunto de prescrições técnicas definidas nos termos da cláusula 2.<sup>a</sup>.

3. O empreiteiro pode propor ao dono da obra a substituição dos métodos e técnicas de construção ou dos materiais previstos no presente caderno de encargos e no projeto por outros que considere mais adequados, sem prejuízo da obtenção das características finais especificadas para a obra.

#### **Cláusula 34.<sup>a</sup> – Menções obrigatórias no local dos trabalhos**

1. Sem prejuízo do cumprimento das obrigações decorrentes da legislação em vigor, o Adjudicatário deve afixar no local dos trabalhos, de forma visível, a identificação da obra e do empreiteiro, com menção do respetivo alvará ou número de título de registo e manter cópia dos alvarás ou títulos de registo dos subcontratados consoante os casos.
2. O Adjudicatário deve ter patente no local da obra, em bom estado de conservação, o livro de registo da obra e um exemplar do projeto, do caderno de encargos, do clausulado contratual e dos demais documentos a respeitar na execução da empreitada, com as alterações que neles hajam sido introduzidas.
3. O Adjudicatário obriga-se também a ter patente no local da obra o horário de trabalho em vigor, bem como a manter, à disposição de todos os interessados, o texto dos contratos coletivos de trabalho aplicáveis.
4. Nos estaleiros de apoio da obra devem igualmente estar patentes os elementos do projeto respeitantes aos trabalhos aí em curso.

#### **Cláusula 35.<sup>a</sup> – Especificações dos equipamentos, dos materiais e elementos de construção**

1. Os equipamentos, materiais e elementos de construção a empregar na obra terão a qualidade, as dimensões, a forma e as demais características definidas no respetivo projeto e nos restantes documentos contratuais, com as tolerâncias regulamentares ou admitidas nestes documentos.
2. Sempre que o projeto e os restantes documentos contratuais não fixem as respetivas características, o Adjudicatário não poderá empregar materiais ou elementos de construção que não correspondam às características da obra ou que sejam de qualidade inferior aos usualmente empregues em obras que se destinem a idêntica utilização.
3. Sem prejuízo do disposto no artigo 378.º do CCP quando aplicáveis, nos casos previstos nos números 2 e 3 da presente cláusula, ou sempre que o Adjudicatário entenda não estarem reunidas as condições técnicas ou por impedimentos logísticos relacionados com terceiros, para manter os materiais e elementos de construção fixados no projeto ou nos restantes documentos contratuais, o Adjudicatário comunicará o facto à Entidade Adjudicante e apresentará uma proposta de alteração fundamentada e acompanhada com todos os elementos técnicos necessários para a aplicação dos novos materiais e elementos de construção e para a execução dos trabalhos correspondentes.



**Felgueiras**

CÂMARA MUNICIPAL

4. A proposta prevista no número anterior deverá ser apresentada, de preferência, no período de preparação e planeamento da empreitada e sempre de modo que as diligências de aprovação não comprometam o cumprimento do plano de trabalhos.
5. Se a Entidade Adjudicante, no prazo de 15 dias, não se pronunciar sobre a proposta e não determinar a suspensão dos respetivos trabalhos, o empreiteiro utilizará os materiais e elementos de construção previstos no projeto e nos restantes documentos contratuais.

#### **Cláusula 36.<sup>a</sup> – Aprovação de equipamentos, materiais e elementos de construção**

1. Sempre que deva ser verificada a conformidade das características dos equipamentos, materiais e elementos de construção a aplicar com as estabelecidas no projeto e nos restantes documentos contratuais, o Adjudicatário submete-los-á à aprovação da Entidade Adjudicante, devendo o processo ser instruído com os desenhos de pormenor/desenhos de construção sempre que aplicável.
2. O Adjudicatário é obrigado a fornecer à Entidade Adjudicante as amostras de materiais e elementos de construção que esta lhe solicitar.
3. A colheita e remessa das amostras deverão ser feitas de acordo com as normas oficiais em vigor ou outras que sejam contratualmente impostas.

#### **Cláusula 37.<sup>a</sup> – Efeitos da aprovação dos materiais e elementos de construção**

1. Uma vez aprovados os materiais e elementos de construção para obra, não podem os mesmos ser posteriormente rejeitados, salvo se ocorrerem circunstâncias que modifiquem a sua qualidade.
2. No ato de aprovação dos materiais e elementos de construção poderá o Adjudicatário exigir que se colham amostras de qualquer um deles.
3. Se a modificação da qualidade dos materiais e elementos de construção resultar de causa imputável ao Adjudicatário, este deverá substituí-los à sua custa.

#### **Cláusula 38.<sup>a</sup> – Aplicação dos materiais e elementos de construção**

Os materiais e elementos de construção devem ser aplicados pelo Adjudicatário em absoluta conformidade com as especificações técnicas contratualmente estabelecidas, incluindo as determinadas pelos fabricantes, quando aplicável, seguindo-se, na falta de tais especificações, as normas em vigor no local da execução da obra, ou, se estas não existirem, os processos propostos pelo Adjudicatário e aprovados pela Entidade Adjudicante.





**Felgueiras**

CÂMARA MUNICIPAL

#### **Cláusula 39.<sup>a</sup> – Substituição de materiais e elementos de construção**

1. Serão rejeitados, removidos para fora do local dos trabalhos e substituídos por outros com os necessários requisitos os materiais e elementos de construção que:
  - a) Sejam diferentes dos aprovados;
  - b) Não sejam aplicados em conformidade com as especificações técnicas contratualmente exigidas ou, na falta destas, com as normas ou processos a observar e que não possam ser utilizados de novo.
2. As demolições e a remoção e substituição dos materiais e elementos de construção serão da responsabilidade do Adjudicatário.
3. Se o Adjudicatário entender que não se verificam as hipóteses previstas no n.º 1 da presente cláusula, poderá pedir a colheita de amostras e reclamar.

#### **Cláusula 40.<sup>a</sup> – Ensaaios**

1. Os ensaios a realizar na obra ou em partes da obra para verificação das suas características e comportamentos são os especificados no caderno de encargos e os previstos nos regulamentos em vigor e constituem encargo do Adjudicatário.
2. Quando a Entidade Adjudicante tiver dúvidas sobre a qualidade dos trabalhos, pode exigir a realização de quaisquer outros ensaios que se justifiquem, para além dos previstos.
3. No caso de os resultados dos ensaios referidos no número anterior se mostrarem insatisfatórios e as deficiências encontradas forem da responsabilidade do Adjudicatário, as despesas com os mesmos ensaios e com a reparação daquelas deficiências ficarão a seu cargo, sendo, no caso contrário, de conta da Entidade Adjudicante.

#### **Cláusula 41.<sup>a</sup> – Medições**

1. As medições de todos os trabalhos executados são feitas no local da obra com a colaboração do Adjudicatário e são formalizados em auto.
2. As medições são efetuadas nas datas identificadas no plano de pagamentos apresentado pelo Adjudicatário e aprovado pela Entidade Adjudicante.
3. Os métodos e os critérios a adotar para a realização das medições respeitam a seguinte ordem de prioridades:
  - a) As normas oficiais de medição que porventura se encontrem em vigor no local de execução da obra;
  - b) As normas definidas pelo Laboratório Nacional de Engenharia Civil;

- c) Os critérios geralmente utilizados ou, na falta deles, os que forem acordados entre a Entidade Adjudicante e o Adjudicatário.

#### **Cláusula 42.<sup>a</sup> – Depósito de materiais e elementos de construção não destinados à obra**

O Adjudicatário não poderá depositar nos estaleiros, materiais e elementos de construção que não se destinem à execução dos trabalhos da empreitada.

#### **Cláusula 43.<sup>a</sup> – Esclarecimento de dúvidas**

1. As dúvidas que o Adjudicatário tenha na interpretação dos documentos por que se rege a empreitada que lhe tenham sido fornecidos pela Entidade Adjudicante devem ser submetidas ao 'Diretor de Fiscalização da Obra' antes do início da execução dos trabalhos a que respeitam.
2. No caso de as dúvidas ocorrerem somente após o início da execução dos trabalhos a que dizem respeito, deve o Adjudicatário submetê-las imediatamente ao 'Diretor de Fiscalização da Obra', juntamente com os motivos justificativos da sua não apresentação antes do início daquela execução.
3. O incumprimento do disposto no número anterior torna o Adjudicatário responsável por todas as consequências da errada interpretação que porventura haja feito, incluindo a demolição e reconstrução das partes da obra em que o erro se tenha refletido.

#### **Cláusula 44.<sup>a</sup> – Cumprimento do plano de trabalhos e do plano de pagamentos**

1. O Adjudicatário informa semanalmente a fiscalização da obra do cumprimento ou dos eventuais desvios que se verifiquem entre o desenvolvimento efetivo de cada uma das espécies de trabalhos e as previsões do plano em vigor, sempre com referência aos meios humanos e materiais que, no período em causa, estiveram efetivamente afetados aos trabalhos.
2. Quando os desvios assinalados pelo Adjudicatário, nos termos do número anterior, não coincidirem com os desvios reais, a fiscalização da obra notifica-o dos que considera existirem.
3. Em caso de desvio do plano de trabalhos que, injustificadamente, ponha em risco o cumprimento do prazo de execução da obra ou dos respetivos prazos parcelares, a Entidade Adjudicante pode notificar o Adjudicatário para apresentar, no prazo de 3 (três) dias, um plano de trabalhos modificado, adotando as medidas de correção que sejam necessárias à recuperação do atraso verificado.
4. Sem prejuízo do disposto no número anterior, em quaisquer situações em que se verifique a necessidade do plano de trabalhos em vigor ser alterado, independentemente de tal se dever a facto imputável ao Adjudicatário, deve este apresentar à Entidade Adjudicante um plano de trabalhos modificado.



**Felgueiras**

CÂMARA MUNICIPAL

5. A Entidade Adjudicante pronuncia-se sobre as alterações propostas pelo Adjudicatário ao abrigo dos n.ºs 3 e 4 da presente cláusula no prazo de 2 (dois) dias, equivalendo a falta de pronúncia a aceitação do novo plano.
6. Em qualquer dos casos previstos nos números anteriores, o plano de trabalhos modificado apresentado pelo Adjudicatário deve ser aceite pela Entidade Adjudicante desde que dele não resulte prejuízo para a obra ou prorrogação dos prazos de execução.

#### **Cláusula 45.<sup>a</sup> – Incumprimento do plano de trabalhos**

1. Se o Adjudicatário não der cumprimento ao plano de trabalhos por si próprio apresentado ou que lhe haja sido notificado nos termos das cláusulas que antecedem, a Entidade Adjudicante poderá requerer a posse administrativa das obras, bem como dos materiais, edificações, estaleiros, ferramentas, máquinas e veículos nela existentes, encarregando pessoa idónea da gerência e administração da empreitada por conta do Adjudicatário e procedendo aos inventários, medições e avaliações necessários.
2. Sem prejuízo do número anterior, em caso de incumprimento definitivo de todo ou parte dos trabalhos de execução da obra, a Entidade Adjudicante poderá requerer a posse administrativa das obras, em parte ou no seu todo, nos termos do n.º 1, a fim de promover a execução dos trabalhos em atraso, sem resolução do contrato de empreitada.

#### **Cláusula 46.<sup>a</sup> – Custos da Fiscalização**

1. Quando o Adjudicatário, por sua iniciativa e sem que tal se encontre previsto no presente caderno de encargos ou resulte de caso de força maior, proceda à execução de trabalhos fora das horas regulamentares ou por turnos, a Entidade Adjudicante exigirá-lhe o pagamento dos acréscimos de custos de horas suplementares de serviço a prestar pela fiscalização da obra.
2. Verificando-se incumprimento, pelo Adjudicatário, dos prazos contratualmente acordados para a execução da empreitada, por causa que lhe seja imputável, fica aquele obrigado a ressarcir a Entidade Adjudicante pelos prejuízos por esta sofridos, decorrentes dos encargos a suportar com os serviços complementares de fiscalização até à conclusão da obra.
3. A indemnização a que se reporta o número anterior pré liquida-se, desde já, no montante correspondente ao valor faturado pela fiscalização por força da execução dos correlativos serviços complementares.
4. Para o efeito previsto nos números anteriores, o crédito da Entidade Adjudicante será satisfeito pela retenção das quantias devidas nos pagamentos a realizar ao Adjudicatário, procedendo-se à dedução da correspondente quantia dos pagamentos a efetuar, ou por recurso à caução e sempre



**Felgueiras**

CÂMARA MUNICIPAL

sem prejuízo do recurso ao instituto da compensação, nos termos do disposto no artigo 848.º do Código Civil.

5. Caso se venha a revelar necessário ampliar os trabalhos, o Adjudicatário deve apresentar proposta com novo horário de trabalho, para apreciação do dono de obra.
6. Compete também ao Adjudicatário suportar os custos de fiscalização para acompanhamento dos trabalhos de correção de deficiências ou trabalhos em falta, após a vistoria para efeitos da receção provisória e durante o período de garantia.

#### **Cláusula 47.ª – Livro de registo da obra**

1. O Adjudicatário organiza um registo da obra que poderá ser digital ou em livro adequado, com as folhas numeradas e rubricadas por si e pelo 'Diretor de Fiscalização da Obra', contendo uma informação sistemática e de fácil consulta dos acontecimentos mais importantes relacionados com a execução dos trabalhos.
2. Os factos a consignar obrigatoriamente no registo da obra são, os referidos no n.º 3 do artigo 304.º e no n.º 3 do artigo 305.º do CCP.
3. O livro de registo ficará patente no local da obra, ao cuidado do 'Diretor da Obra', que o deverá apresentar sempre que solicitado pelo 'Diretor de Fiscalização da Obra' ou por entidades oficiais com jurisdição sobre os trabalhos.

#### **Cláusula 48.ª – Trabalhos complementares e trabalhos a menos**

1. A Entidade Adjudicante poderá solicitar ao Adjudicatário a prestação de trabalhos complementares, devendo estes ser objeto de faturação específica nos termos dos valores de preço hora que venham a ser acordados entre as partes caso os serviços sejam de espécie diferente, ou da mesma espécie de outros previstos no contrato mas a executar em condições diferentes, ou com respeito pelos custos unitários praticados pelo adjudicatário caso os trabalhos complementares sejam da mesma espécie de outros previstos no Contrato e a executar em condições semelhantes.
2. No âmbito do número anterior, consideram-se trabalhos complementares aqueles cuja espécie ou quantidade não esteja prevista no contrato, e ainda o fornecimento dos materiais, peças de ativos e outros elementos associados neles se incluindo os necessários a trabalhos de manutenção corretiva a realizar em resultado da ocorrência de um sinistro coberto ou não por seguro da Entidade Adjudicante.
3. No que concerne os pontos anteriores, sem prejuízo de serem técnica ou economicamente inseparáveis do objeto do contrato, sob pena de grave inconveniente ou aumento considerável de custos, a Entidade Adjudicante reserva-se o direito de adjudicar os trabalhos complementares a



**Felgueiras**

CÂMARA MUNICIPAL

terceiro, caso não chegue a acordo com o Adjudicatário, relativamente às condições da sua prestação.

4. A Entidade Adjudicante poderá igualmente determinar a não execução de trabalhos, devendo dar conhecimento dessa determinação ao Adjudicatário com a antecedência de pelo menos uma semana, relativamente à data em que estaria prevista a execução dos trabalhos suprimidos.
5. Sem prejuízo do disposto no número seguinte, o preço correspondente aos trabalhos a menos é deduzido ao preço contratual e resultará da aplicação dos valores constantes da lista de preços unitários.
6. Quando, por virtude da ordem de supressão de trabalhos, os trabalhos executados pelo Adjudicatário tenham um valor inferior em mais de 20 % ao preço contratual, este tem direito a uma indemnização correspondente a 10 % do valor da diferença verificada.

#### **Cláusula 49.<sup>a</sup> – Atos e direitos de terceiros**

Sempre que o Adjudicatário sofra atrasos na execução da obra em virtude de qualquer facto imputável a terceiros, deve, no prazo de 2 (dois) dias a contar da data em que tome conhecimento da ocorrência, informar, por escrito, o 'Diretor de Fiscalização da Obra', a fim de a Entidade Adjudicante ficar habilitada a tomar as providências necessárias para diminuir ou recuperar tais atrasos.

#### **Cláusula 50.<sup>a</sup> – Receção provisória**

1. A receção provisória da obra depende da realização de vistoria, que deve ser efetuada logo que a obra esteja concluída no todo ou em parte, mediante solicitação do empreiteiro ou por iniciativa do dono da obra, tendo em conta o termo final do prazo total ou dos prazos parciais de execução da obra.
2. No caso de serem identificados defeitos da obra que impeçam a sua receção provisória, esta é efetuada relativamente a toda a extensão da obra que não seja objeto de deficiência.
3. O procedimento de receção provisória obedece ao disposto nos artigos 394.º a 396.º do CCP.
4. O Adjudicatário deverá instruir o seu pedido de vistoria com a apresentação à Entidade Adjudicante dos elementos seguintes:
  - a) Telas finais;
  - b) Manuais de manutenção de equipamentos;
  - c) Plano de Segurança e Emergência.



**Felgueiras**

CÂMARA MUNICIPAL

5. A falta de apresentação pelo Adjudicatário dos elementos referenciados no número anterior habilita a Entidade Adjudicante a considerar não estarem cumpridas todas as obrigações contratuais, nos termos do disposto na alínea a), do n.º 2 do artigo 394.º do CCP.
6. Em caso de incumprimento, pelo Adjudicatário, da apresentação dos documentos mencionados no n.º 4 da presente Cláusula, depois de notificado expressamente para o efeito, poderá a Entidade Adjudicante, aplicar o disposto na Cláusula 62ª ou encomendar a terceiro a sua execução, para tanto retendo dos pagamentos o montante necessário ao seu pagamento ou executando a caução prestada.

#### **Cláusula 51.ª - Prazo de garantia**

1. O prazo de garantia varia de acordo com os seguintes tipos de defeitos:
  - a) 10 anos para os defeitos que incidam sobre elementos construtivos estruturais;
  - b) 5 anos para os defeitos que incidam sobre elementos construtivos não estruturais ou instalações técnicas;
  - c) 2 anos para os defeitos que incidam sobre equipamentos afetos à obra, mas dela autonomizáveis.
2. Caso tenham ocorrido receções provisórias parcelares, o prazo de garantia fixado nos termos do número anterior é igualmente aplicável a cada uma das partes da obra que tenham sido recebidas pelo dono da obra.
3. Excetuam-se do disposto no n.º 1 as substituições e os trabalhos de conservação que derivem do uso normal da obra ou de desgaste e depreciação normais consequentes da sua utilização para os fins a que se destina.

#### **Cláusula 52.ª - Receção definitiva**

- 1 – No final dos prazos, de garantia previsto na cláusula anterior, é realizada uma nova vistoria à obra para efeitos de receção definitiva.
- 2 - Se a vistoria referida no número anterior permitir verificar que a obra se encontra em boas condições de funcionamento e conservação, esta será definitivamente recebida.
- 3 - A receção definitiva depende, em especial, da verificação cumulativa dos seguintes pressupostos:



**Felgueiras**

CÂMARA MUNICIPAL

- a) Funcionalidade regular, no termo do período de garantia, em condições normais de exploração, operação ou utilização, da obra e respetivos equipamentos, de forma que cumpram todas as exigências contratualmente previstas;
- b) Cumprimento, pelo empreiteiro, de todas as obrigações decorrentes do período de garantia relativamente à totalidade ou à parte da obra a receber.

4 - No caso de a vistoria referida no n.º 1 permitir detetar deficiências, deteriorações, indícios de ruína ou falta de solidez, da responsabilidade do empreiteiro, ou a não verificação dos pressupostos previstos no número anterior, o dono da obra fixa o prazo para a sua correção dos problemas detetados por parte do empreiteiro, findo o qual será fixado o prazo para a realização de uma nova vistoria nos termos dos números anteriores.

#### **Cláusula 53.<sup>a</sup> – Plano Segurança e Emergência**

- 1. O Adjudicatário obriga-se a elaborar o Plano de Segurança e Emergência do edifício, cumprindo o disposto na legislação em vigor e entregá-lo à Entidade Adjudicante no prazo estabelecido nos pontos 4.6.1 e 4.6.2 do Programa do Procedimento.
- 2. O Plano de Segurança e Emergência terá necessariamente de ser aprovado pela Entidade Adjudicante.

### **CAPÍTULO IV – DISPOSIÇÕES FINANCEIRAS**

#### **Cláusula 54.<sup>a</sup> – Preço base**

Pela prestação de todos os serviços previstos no presente Caderno de Encargos e pelo cumprimento das demais obrigações decorrentes do Contrato, deve a Entidade Adjudicante pagar ao Adjudicatário o preço constante da proposta adjudicada, o qual não poderá ser superior **€4.999.360,00** (quatro milhões novecentos e noventa e nove mil, trezentos e sessenta euros), ao qual acresce o IVA à taxa legal em vigor, sendo decomposto da seguinte forma:

- a) **€ 200.000,00** (duzentos mil euros) corresponde ao preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela **conceção** da obra;
- b) **€ 4.799.360,00** € (quatro milhões, setecentos e noventa e nove mil, trezentos e sessenta euros) corresponde ao preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela **execução** da obra.



**Felgueiras**

CÂMARA MUNICIPAL

#### **Cláusula 55.<sup>a</sup> – Plano de pagamentos e condições de pagamento**

1. As quantias devidas pelo Município de Felgueiras, nos termos da(s) cláusula(s) anterior(es), deve(m) ser paga(s) no prazo de 60 dias após a receção pelo Município de Felgueiras da respetiva fatura, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.
2. Para o efeito do número anterior, considera-se vencida a obrigação com a entrega dos elementos a desenvolver pelo prestador de serviços ao abrigo do contrato.
3. Em caso de discordância, por parte do Município de Felgueiras, quanto aos valores indicados nas faturas, deve este comunicar ao fornecedor, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o fornecedor obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.
4. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no n.º 1, as faturas são pagas através de transferência bancária, ou cheque.
5. As faturas devem ser remetidas ao município, obrigatoriamente, por via eletrónica, através da plataforma ilink, acessível através de <https://www.ilink.pt>
6. Em caso de decisão por parte do Município de Felgueiras de não iniciar a empreitada no prazo de 2 anos após a data de entrega do projeto de execução, ou entender proceder por circunstâncias diversas à alteração do projeto, terá o prestador de serviços direito aos valores indicados na proposta relativos à assistência técnica, devendo para tal proceder à emissão de fatura da totalidade da importância em causa.

#### **Cláusula 56.<sup>a</sup> – Adiantamentos ao Adjudicatário**

1. Pode existir lugar a adiantamento de preço até 30% (ou outro limite previsto nas leis vigentes) , em obediência ao disposto no artigo 292.º do CCP, e com a imputação que venha a ser prevista no plano de pagamentos apresentado pelo Adjudicatário na sua proposta.
2. O estipulado no número anterior, deve ainda respeitar os artigos 293 e 295 do CCP:

#### **Cláusula 57.<sup>a</sup> – Descontos nos pagamentos para reforço da caução**

1. Para reforço da caução prestada com vista a garantir o exato e pontual cumprimento das obrigações contratuais, às importâncias que o Adjudicatário estiver a receber em cada um dos pagamentos parciais previstos é deduzido o montante correspondente a 5% desse pagamento.
2. O desconto para garantia pode, a todo o tempo, ser substituído por garantia bancária à primeira solicitação ou seguro-caução, nos termos previstos, no programa de procedimento, para a caução.





**Felgueiras**

CÂMARA MUNICIPAL

#### **Cláusula 58.<sup>a</sup> – Caução, restituição dos depósitos e quantias retidas e liberação da caução**

1. Para garantir o exato e pontual cumprimento das suas obrigações, o Adjudicatário deve prestar uma caução no valor de 5% do preço contratual, com exclusão do IVA, nos termos admitidos pelo artigo 90.º do CCP.
2. Cumpridas todas as obrigações contratuais por parte do Adjudicatário, a Entidade Adjudicante promove a liberação da caução nos termos do disposto no artigo 295.º do CCP.
3. A Entidade Adjudicante pode considerar perdida a seu favor a caução prestada, independentemente de decisão judicial, nos casos de não cumprimento das obrigações legais ou contratuais pelo Adjudicatário.
4. Considera-se também existir perda de caução quando houver lugar à resolução sancionatória do contrato, por qualquer um dos fundamentos previstos no presente Caderno de Encargos.
5. A execução parcial ou total da caução referida nos números anteriores constitui o Adjudicatário na obrigação de proceder à sua reposição pelo valor existente antes dessa mesma execução, no prazo de 15 (quinze) dias após a notificação da Entidade Adjudicante.
6. Todas as despesas relativas à prestação da caução são da responsabilidade do Adjudicatário.
7. Sempre que a Entidade Adjudicante exerça a faculdade de retenção, o Adjudicatário deve proceder ao cumprimento exato e pontual das obrigações legais e contratuais que motivaram aquele exercício, no prazo de 5 (cinco) dias a contar da notificação para esse efeito.
8. Verificada a inexistência de defeitos da prestação do Adjudicatário ou corrigidos aqueles que hajam sido detetados até ao momento da liberação, ou ainda quando considere os defeitos identificados e não corrigidos como sendo de pequena importância e não justificativos da não liberação, a Entidade Adjudicante promove a liberação da caução destinada a garantir o exato e pontual cumprimento das obrigações contratuais, no prazo de 15 dias contados da notificação de conclusão da obra.

#### **Cláusula 59.<sup>a</sup> – Mora no pagamento**

Em caso de atraso da Entidade Adjudicante no cumprimento das obrigações de pagamento do preço contratual, tem o Adjudicatário direito aos juros de mora sobre o montante em dívida, pelo período correspondente à mora, calculados à taxa de juro fixada no n.º 2 do artigo 806.º do Código Civil para o incumprimento das obrigações civis.

#### **Cláusula 60.<sup>a</sup> – Revisão ordinária de preços**

1. A revisão dos preços contratuais, como consequência de alteração dos custos de mão-de-obra, de materiais ou de equipamentos de apoio durante a execução da empreitada, é efetuada nos



**Felgueiras**

CÂMARA MUNICIPAL

termos do disposto no Decreto-Lei n.º 6/2004, de 6 de janeiro, na modalidade de fórmula polinomial.

2. A revisão de preços para a presente obra corresponde à fórmula **“F02 -- edifícios administrativos”**, publicada por Despacho n.º 1592/2004 de 8 de janeiro.
3. Os diferenciais de preços, para mais ou para menos, que resultem da revisão de preços da empreitada são incluídos nas situações de trabalhos.

#### **Cláusula 61.<sup>a</sup> – Conta final da ‘Fase de Construção’**

1. A conta final da ‘Fase de Construção’ é elaborada pela Entidade Adjudicante no prazo de 15 (quinze) dias após a notificação por parte da Entidade Adjudicante de conclusão da obra, conforme previsto no artigo 400.º e no artigo 401.º do CCP.
2. A conta final a que se refere no ponto anterior, contendo os elementos indicados no artigo 400.º do CCP, deve ser enviada ao Adjudicatário no prazo de 15 dias de calendário após a sua elaboração, devendo este proceder à sua assinatura ou discordando da mesma, apresentar reclamação fundamentada.
3. A Entidade Adjudicante tem 30 dias de calendário para se pronunciar sobre a reclamação referida no número anterior.

### **CAPÍTULO V – INCUMPRIMENTO CONTRATUAL E PENALIDADES**

#### **Cláusula 62.<sup>a</sup> – Penalidades devidas pelo atraso no cumprimento ou pelo incumprimento defeituoso de obrigações principais**

1. Relativamente às obrigações da **‘Fase de Conceção’**:
  - a) em caso de mora na apresentação dos entregáveis mencionados na Cláusula 22.<sup>a</sup>, por facto imputável ao Adjudicatário, a Entidade Adjudicante pode aplicar uma sanção contratual de valor correspondente a 1‰ (um por mil) do preço contratual, por cada dia de atraso e por cada entregável;
  - b) em caso de manutenção do incumprimento defeituoso de uma obrigação relativa a um dos entregáveis, após o prazo previsto nos números 2, 4 e 6 da Cláusula 24.<sup>a</sup>, a Entidade Adjudicante pode aplicar ao Adjudicatário uma sanção contratual no valor de 1% (um por cento) do preço contratual, por cada inadimplência, sem que tal aplicação o exima do cumprimento da obrigação de execução dos trabalhos em causa até ao término do contrato.
2. Relativamente às obrigações da **‘Fase de Construção’**:



**Felgueiras**

CÂMARA MUNICIPAL

- a) em caso de mora no início ou na conclusão de uma das atividades previstas no plano de trabalhos, a Entidade Adjudicante pode aplicar uma sanção contratual de valor correspondente a 1‰ (um por mil) do preço contratual, por cada dia de atraso e por cada tipo de incumprimento;
- b) em caso de não cumprimento das ações corretivas previstas no plano de trabalhos modificado ou de deficiente execução das mesmas, a Entidade Adjudicante pode aplicar uma sanção contratual de valor correspondente a 2‰ (dois por mil) do preço contratual, por cada dia de atraso e por cada tipo de incumprimento;
- c) em caso de incumprimento do plano de equipamentos ou de mão-de-obra, a Entidade Adjudicante pode aplicar uma sanção contratual de valor correspondente a 1‰ (um por mil) do preço contratual, por cada tipo de incumprimento;
- d) em caso de incumprimento do Plano de Produção de Conteúdos Expositivos, a Entidade Adjudicante pode aplicar ao adjudicatário uma sanção pecuniária correspondente a 1‰ (um por mil) do preço contratual, por cada inadimplência, entendida como cada meio previsto no Plano não afeto pelo Adjudicatário à execução do contrato, ou por cada dia de atraso no início ou na conclusão de uma atividade.
- e) em caso de incumprimento regras de segurança, a Entidade Adjudicante pode aplicar uma sanção contratual de valor correspondente a 1% (um por cento) do preço contratual, por cada dia em que a situação se verifique.

#### **Cláusula 63.<sup>a</sup> – Outras penalidades**

- 1. Caso o Adjudicatário não mantenha válidas as **apólices de seguro** previstas no presente Caderno de Encargos e na legislação aplicável, pode a Entidade Adjudicante aplicar uma sanção contratual, por cada dia sem seguro, de até 5‰ (cinco por mil) do preço contratual.
- 2. Se o Adjudicatário não exibir as **cópias e recibos de pagamento das apólices**, nos termos da Cláusula 14.<sup>a</sup>, a Entidade Adjudicante pode aplicar uma pena pecuniária de até 4‰ (quatro por mil) do preço contratual, por cada dia de atraso.
- 3. Se o Adjudicatário não proceder à substituição dos **recursos humanos** no prazo previsto, nos termos da Cláusula 9.<sup>a</sup>, a Entidade Adjudicante pode aplicar uma pena pecuniária de até 2‰ (dois por mil) do preço contratual, por cada dia de atraso.

#### **Cláusula 64.<sup>a</sup> – Procedimento de aplicação de penalidades**

- 1. A aplicação de sanções de natureza pecuniária obedece ao disposto nos artigos 325.º e 329.º do CCP.



**Felgueiras**

CÂMARA MUNICIPAL

2. A aplicação das sanções contratuais previstas nas cláusulas anteriores não obsta a que a Entidade Adjudicante exija uma indemnização pelo dano excedente, nem exime o Adjudicatário do cumprimento da obrigação de execução dos trabalhos em causa até ao termo do contrato
3. Nos termos do n.º 2 do artigo 329.º do CCP, o valor acumulado da aplicação de sanções contratuais não pode exceder 20% do preço contratual.
4. Nos casos em que seja atingido o limite previsto no número anterior e na circunstância da Entidade Adjudicante não proceder à resolução do contrato, por dela resultar grave dano para o interesse público, aquele limite é elevado para 30%.

#### **Cláusula 65.<sup>a</sup> – Desconto de prestações devidas**

A Entidade Adjudicante reserva-se o direito de, sem necessidade de prévia decisão judicial ou arbitral, descontar no preço da prestação de serviços as quantias devidas pelo Adjudicatário em virtude do incumprimento de obrigações contratuais ou legais no âmbito da execução da prestação de serviços, incluindo o valor de sanções contratuais.

#### **Cláusula 66.<sup>a</sup> – Execução da caução**

1. A caução prestada pelo Adjudicatário pode ser executada pela Entidade Adjudicante, sem necessidade de prévia decisão judicial ou arbitral, para satisfação de quaisquer créditos resultantes de mora, cumprimento defeituoso ou incumprimento definitivo pelo Adjudicatário das obrigações contratuais ou legais, incluindo o pagamento de sanções contratuais, ou para quaisquer outros efeitos especificamente previstos no Contrato ou na lei.
2. A execução parcial ou total de caução prestada pelo Adjudicatário implica a renovação do respetivo valor, no prazo máximo de 15 (quinze) dias após a notificação pela Entidade Adjudicante para esse efeito.
3. A resolução do Contrato pela Entidade Adjudicante não prejudica a execução das cauções.
4. A caução prevista neste caderno de encargos, prestada para garantia do bom e pontual cumprimento de todas as obrigações abrangidas pelo Contrato, será integralmente liberada no prazo de 30 (trinta) dias após o termo do Contrato.

#### **Cláusula 67.<sup>a</sup> – Resolução do contrato**

1. Sem prejuízo das indemnizações legais e contratuais devidas, a Entidade Adjudicante pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o Adjudicatário violar de forma grave ou reiterada qualquer obrigação contratual, legal e regulamentar e também por:
  - i. Falhas que ponham em causa a missão do serviço público;



**Felgueiras**

CÂMARA MUNICIPAL

- ii. Incumprimento de qualquer obrigação contratual que ponha irremediavelmente em causa a manutenção do contrato;
  - iii. Violação, de forma grave ou reiterada de quaisquer obrigações que foram atribuídas ao adjudicatário, no âmbito do contrato a celebrar e do presente caderno de encargos.
- 2 O direito de resolução referido no número 1 da presente Cláusula exerce-se mediante declaração enviada ao Adjudicatário e não determina a repetição das prestações já realizadas, a menos que tal seja determinado pela Entidade Adjudicante.
3. O Adjudicatário pode resolver o contrato nos termos do n.º 1 do artigo 332.º e do n.º 1 do artigo 405.º, ambos do CCP.
4. A Entidade Adjudicante, pode, a todo o tempo, nos termos do disposto no artigo 334.º do CCP proceder à resolução do contrato por razões de interesse público de que dará conhecimento ao Adjudicatário.
5. Na hipótese prevista no número anterior, a Entidade Adjudicante, indemnizará o Adjudicatário pelos danos emergentes e lucros cessantes.
6. A falta de pagamento da indemnização prevista no número anterior no prazo de 30 (trinta) dias contados da data em que o montante devido se encontre definitivamente apurado, confere ao Adjudicatário o direito ao pagamento de juros de mora sobre a respetiva importância.

#### **Cláusula 68.<sup>a</sup> – Casos fortuitos ou de força maior**

- 1. Nenhuma das partes incorrerá em responsabilidade se, por caso fortuito ou de força maior, for impedida de cumprir as obrigações assumidas no Contrato.
- 2. Para os efeitos previstos no número anterior, considera-se caso fortuito ou de força maior o facto praticado por terceiro pelo qual a parte não seja responsável, direta ou indiretamente, ou cuja verificação a parte não tenha comprovadamente contribuído nem pudesse evitar, bem como qualquer facto natural, situação imprevisível e inevitável cujos efeitos se produzam independentemente da vontade ou das circunstâncias pessoais das partes, como sejam, entre outros:
  - a) atos de guerra ou de terrorismo;
  - b) embargos ou bloqueios internacionais;
  - c) catástrofes naturais que afetem as instalações ou a capacidade produtiva das partes;
  - d) greves gerais ou sectoriais que impliquem quebra total da capacidade produtiva das partes;
  - e) epidemia, doença grave ou falecimento de meios humanos afetos à execução do Contrato;
- 3. Não constituem força maior, designadamente:



**Felgueiras**

CÂMARA MUNICIPAL

- a) greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do Adjudicatário ou a grupos de sociedades em que esta se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
  - b) determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo adjudicatário de deveres ou ónus que sobre ela recaiam;
  - c) incêndios ou inundações com origem nas instalações do Adjudicatário cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
  - d) avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do Adjudicatário não devidas a sabotagem;
  - e) eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
4. A parte que invocar casos fortuitos ou de força maior deverá comunicar e justificar tais situações à outra parte, bem como informar o prazo previsível para restabelecer a situação.
5. O Adjudicatário deve, no prazo máximo de 5 (cinco) dias a contar do conhecimento da ocorrência, notificar a Entidade Adjudicante da duração previsível do acontecimento e dos seus efeitos na execução do Contrato, juntando certificado das entidades competentes que ateste a veracidade e exatidão dos factos alegados e oferecendo prova de, em tempo devido, ter esgotado todos os meios para reduzir ao mínimo o atraso e os prejuízos na execução do Contrato.
6. Se o Adjudicatário não puder, por razões que não lhe sejam imputáveis, apresentar os certificados referidos no número anterior dentro do prazo aí previsto, deve apresentá-los logo que possível, apresentando igualmente a justificação para tal atraso.
7. O incumprimento por parte do Adjudicatário do disposto nos números 4 e 5 implica a sua responsabilidade pelo incumprimento das obrigações contratuais em causa, não podendo invocar os direitos previstos no número 1.
8. Os prazos de cumprimento das obrigações que, quando ocorreu o caso fortuito ou de força maior, se encontravam em curso devem ser prorrogados pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante de caso fortuito ou de força maior.

#### **Cláusula 69.<sup>a</sup> – Atos imputáveis a terceiros**

Sempre que o Adjudicatário seja impedido de cumprir qualquer das obrigações decorrentes do Contrato, em virtude de qualquer ato imputável a terceiros, deve, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas a contar da ocorrência de tal facto, disso informar a Entidade Adjudicante, por forma a que esta fique habilitada a tomar as providências que estejam ao seu alcance.



**Felgueiras**

CÂMARA MUNICIPAL

### **Cláusula 70.<sup>a</sup> – Resolução de litígios**

Para resolução de todos os litígios decorrentes do Contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo de Círculo de Penafiel, com expressa renúncia a qualquer outro.

## **CAPÍTULO VI – DISPOSIÇÕES FINAIS**

### **Cláusula 71.<sup>a</sup> – Deveres de colaboração recíproca e informação**

As partes estão vinculadas pelo dever de colaboração mútua, designadamente no tocante à prestação recíproca de informações necessárias à boa execução do Contrato, sem prejuízo dos deveres de informação previstos no artigo 290.º do CCP.

### **Cláusula 72.<sup>a</sup> – Comunicações e notificações**

1. As notificações e comunicações a realizar ao abrigo do Contrato devem ser efetuadas com suficiente clareza, para que o destinatário fique ciente da respetiva natureza e conteúdo.
2. As comunicações e notificações de atos administrativos, jurídicos ou de qualquer outra natureza feitas durante a fase de execução do contrato, entre a Entidade Adjudicante e o Adjudicatário, devem ser escritas e expedidas por correio eletrónico ou outro meio de transmissão escrita e eletrónica de dados, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 468.º do CCP.
3. As comunicações referidas no número anterior consideram-se efetuadas na data da respetiva expedição.
4. As notificações e comunicações nos termos dos números anteriores e que tenham como destinatário a Entidade Adjudicante, efetuadas após as 17 horas do local de receção ou em dia não útil nesse mesmo local, presumem-se feitas às 10 horas do dia útil seguinte.

### **Cláusula 73.<sup>a</sup> – Patentes, licenças e marcas registadas**

1. Salvo no que respeite a materiais e elementos que sejam fornecidos pela Entidade Adjudicante, correm inteiramente por conta do Adjudicatário os encargos e responsabilidades decorrentes da utilização na execução do contrato de materiais, de elementos de construção ou de processos de construção a que respeitem quaisquer patentes, licenças, marcas, desenhos registados e outros direitos de propriedade industrial.
2. Do mesmo modo são da responsabilidade do Adjudicatário a obtenção de todas as licenças indispensáveis à execução do contrato, nas suas diversas vertentes.
3. No caso de a Entidade Adjudicante ser demandada por infração na execução dos trabalhos de qualquer dos direitos mencionados nos números anteriores, o Adjudicatário indemniza-a por todas



**Felgueiras**

CÂMARA MUNICIPAL

as despesas que, em consequência, deva suportar e por todas as quantias que tenha de pagar, seja a que título for.

#### **Cláusula 74.<sup>a</sup> – Conformidade e prazos de garantia técnica e de garantia de obra**

1. O Adjudicatário fica sujeita, com as devidas adaptações, às exigências legais, obrigações do fornecedor e prazos respetivos aplicáveis aos contratos de aquisição de bens móveis, nos termos do CCP e demais legislação aplicável.
2. Para todos os efeitos, o Adjudicatário deve proceder à correção dos defeitos de obra em conformidade com os prazos definidos.

#### **Cláusula 75.<sup>a</sup> – Subcontratação**

1. O Adjudicatário pode subcontratar as entidades identificadas na proposta adjudicada, desde que se encontrem cumpridos os requisitos constantes dos n.ºs 3 e 6 do artigo 318.º do CCP.
2. A Entidade Adjudicante apenas pode opor-se à subcontratação na fase de execução quando não estejam verificados os limites constantes do artigo 383.º do CCP, o subcontratado não cumpra os normativos legais e regulamentares aplicáveis no local da execução da obra, ou quando haja fundado receio de que a subcontratação envolva um aumento de risco de incumprimento das obrigações emergentes do contrato.
3. Todos os subcontratos com intervenção na 'Fase de Construção' devem ser celebrados por escrito e conter os elementos previstos no artigo 384.º do CCP, devendo ser especificados os trabalhos a realizar e expresso o que for acordado quanto à revisão de preços.
4. Na 'Fase de Construção' o Adjudicatário obriga-se a tomar as providências indicadas pelo 'Diretor de Fiscalização da Obra' para que este, em qualquer momento, possa distinguir o pessoal do Adjudicatário do pessoal dos subempreiteiros presentes na obra.
5. O disposto nos números anteriores é igualmente aplicável aos contratos celebrados entre os subcontratados e terceiros.
6. Na 'Fase de Construção' e no prazo de cinco dias após a celebração de cada contrato de subcontratação, o Adjudicatário deve, nos termos do n.º 3 do artigo 385.º do CCP, comunicar por escrito o facto à Entidade Adjudicante, remetendo-lhe cópia do contrato em causa.
7. A responsabilidade pelo exato e pontual cumprimento de todas as obrigações contratuais é do Adjudicatário, ainda que as mesmas sejam cumpridas por recurso a subcontratação.





**Felgueiras**

CÂMARA MUNICIPAL

#### **Cláusula 76.<sup>a</sup> – Cessão da posição contratual**

1. A cessão da posição contratual por parte do Adjudicatário, salvo quando legalmente vedada, nos termos previstos no artigo 317.º do CCP, depende de autorização prévia escrita por parte da Entidade Adjudicante e, ainda, do cumprimento do disposto no n.º 2 do artigo 318.º do CCP.
2. A apresentação, por parte do Adjudicatário, do pedido de autorização à Entidade Adjudicante não suspende a normal execução do contrato, permanecendo o Adjudicatário integralmente obrigado ao perfeito e pontual cumprimento das suas obrigações contratuais.
3. A Entidade Adjudicante autorizará ou não a pretendida cessão de posição contratual por consideração de critérios de legalidade e oportunidade.
4. Caso a Entidade Adjudicante não emita autorização prévia escrita para a pretendida cessão de posição contratual no prazo de 8 (oito) dias contados da apresentação do respetivo requerimento, considera-se a pretensão indeferida.
5. A cessão de posição contratual pela Entidade Adjudicante produzir-se-á por notificação dirigida ao Adjudicatário, sem prejuízo do disposto no artigo 324.º do CCP.

#### **Cláusula 77.<sup>a</sup> – Confidencialidade e Proteção de Dados Pessoais**

1. O Adjudicatário obriga-se, durante a vigência do contrato e mesmo após a sua cessação, a não ceder, revelar, utilizar ou discutir, com quaisquer terceiros, todas e quaisquer informações e ou elementos que lhe hajam sido confiados pela Entidade Adjudicante ou de que tenha tido conhecimento no âmbito do contrato ou por causa dele.
2. São consideradas confidenciais todas as informação e documentação relacionadas com a execução do contrato, nas suas diversas vertentes, não podendo estas ser objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
3. Exclui-se do dever de confidencialidade a informação e a documentação que forem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo Adjudicatário ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.
4. O Adjudicatário obriga-se a garantir que as empresas por si subcontratadas cumprirão o disposto no Regulamento Geral de Proteção de Dados, devendo tal obrigação constar dos contratos escritos que o Adjudicatário celebre com outras entidades por si subcontratadas.
5. O Adjudicatário compromete-se, designadamente, a não copiar, reproduzir, adaptar, modificar, alterar, apagar, destruir, difundir, transmitir, divulgar ou por qualquer outra forma colocar à disposição de terceiros os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pela Entidade



**Felgueiras**

CÂMARA MUNICIPAL

Adjudicante, ao abrigo do contrato, sem que para tal tenha sido expressamente instruído, por escrito, pela Entidade Adjudicante.

6. No caso em que o Adjudicatário seja autorizado pela Entidade Adjudicante a subcontratar outras entidades para a realização da sua prestação contratual, o mesmo será o único responsável pela escolha das empresas subcontratadas, bem como por toda a atuação destas.
7. O Adjudicatário obriga-se, em matéria de tratamento de dados pessoais, nomeadamente a:
  - a) Utilizar os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pela Entidade Adjudicante única e exclusivamente para efeitos da realização das prestações compreendidas no objeto do contrato;
  - b) Observar os termos e condições constantes dos instrumentos de legalização respeitantes aos dados tratados;
  - c) Manter os dados pessoais estritamente confidenciais, cumprindo e garantindo o cumprimento do dever de sigilo profissional relativamente aos mesmos;
  - d) Cumprir quaisquer regras relacionadas com o tratamento de dados pessoais a que Entidade Adjudicante esteja vinculada, desde que tais regras lhe sejam previamente comunicadas;
  - e) Pôr em prática as medidas técnicas e de organização necessárias à proteção dos dados pessoais tratados por conta da Entidade Adjudicante contra a respetiva destruição, acidental ou ilícita, a perda acidental, a alteração, a difusão ou o acesso não autorizado, bem como contra qualquer outra forma de tratamento ilícito dos mesmos;
  - f) Prestar à Entidade Adjudicante toda a colaboração de que este careça para esclarecer qualquer questão relacionada com o tratamento de dados pessoais efetuados ao abrigo do contrato e manter a Entidade Adjudicante informada em relação ao tratamento de dados pessoais, obrigando-se a comunicar de imediato qualquer situação que possa afetar o tratamento dos dados em causa ou que de algum modo possa dar origem ao incumprimento das disposições legais em matéria de proteção de dados pessoais;
  - g) Assegurar que os seus colaboradores cumpram todas as obrigações previstas no contrato.
8. O Adjudicatário será responsável por qualquer prejuízo em que a Entidade Adjudicante venha a incorrer em consequência do tratamento, por parte do mesmo e/ou dos seus colaboradores, de dados pessoais em violação das normas legais aplicáveis e/ou do disposto no contrato.
9. Para efeitos do disposto no número anteriores, entende-se por “colaborador” toda e qualquer pessoa singular ou coletiva que preste serviços ao Adjudicatário, incluindo, designadamente, representantes legais, trabalhadores, prestadores de serviços, procuradores e consultores, independentemente da natureza e validade do vínculo jurídico estabelecido entre o Adjudicatário e o referido colaborador.



**Felgueiras**

CÂMARA MUNICIPAL

10.A obrigação de sigilo prevista na presente cláusula mantém-se em vigor mesmo após a cessação do contrato, independentemente do motivo pela qual esta ocorra.

11.A Entidade Adjudicante e o adjudicatário comprometem-se a tratar os dados pessoais no estrito cumprimento da legislação nacional e comunitária aplicável à proteção de dados pessoais, através de medidas técnicas e organizativas adequadas a garantir a confidencialidade, integridade e disponibilidade dos seus dados pessoais, de forma a evitar a perda, mau uso, alteração e acesso não autorizado aos mesmos.

#### **Cláusula 78.<sup>a</sup> – Contagem dos prazos**

Salvo indicação expressa em contrário, os prazos previstos no Caderno de Encargos são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

#### **Cláusula 79.<sup>a</sup> – Legislação aplicável**

O Contrato é regulado pela lei portuguesa.